

CAPÍTULO 39

A construção de coletividades a partir de processos participativos de ocupações em vazios urbanos

Fernanda Eiras Rubio

Este texto tem como objetivo analisar, comparar e categorizar três experiências de ocupações participativas em “vazios urbanos” em diferentes cidades e países: a Wagnenburg Lohmühle, em Berlim, Alemanha (moradia coletiva em caravanas); o El Caminito, em Málaga, Espanha (horta comunitária de gestão cidadã); e o Parque Augusta, em São Paulo, Brasil (parque municipal a partir de mobilizações). A pesquisa está dividida em seis partes: nesta introdução se encontram o objetivo, uma breve revisão bibliográfica sobre vazios urbanos e os arranjos metodológicos da investigação. Na segunda parte, os processos de ocupações participativas em vazios urbanos são discutidos; na parte três, o comum é abordado como princípio político; na parte quatro, as três experiências são apresentadas; na quinta parte, os casos são analisados junto às discussões teóricas; e, na última parte, estão as considerações finais.

Os vazios urbanos são considerados espaços subutilizados por tempo prolongado dentro do perímetro urbano, com infraestrutura que não realiza função social e assume a síntese entre o passado e o presente como espaço do possível (Solà-Morales, 1996). São também denominados terrenos baldios, lugares ociosos, espaços subutilizados, áreas degradadas, zonas residuais, entre outros. Estes espaços são

resultados do mercado de terras, da atuação do setor privado e das políticas públicas (Clichevsky, 2000), em que o vazio traz questões sobre as possibilidades de ocupação, com desejos utópicos para solucionar os problemas urbanos da cidade contemporânea fragmentada (Donadon, 2009).

O abandono desses espaços públicos em espera (Beveridge *et al.*, 2022) simboliza descaso do poder público (Alves; Bueno, 2023). O tema é discutido principalmente na área do urbanismo em diversos países que possuem variadas experiências de ocupações participativas em diferentes cidades, porém ainda pouco investigadas por pesquisadores no geral. O urbanismo e os bens comuns têm uma relação de proximidade, pois o urbanismo deveria ser uma ferramenta de redistribuição (Montaner, 2021). Contudo, nas últimas décadas, o urbanismo situa-se disputado pela pressão dos interesses especulativos dos setores privados em políticas neoliberais.

Para a criação de novos espaços urbanos comuns na esfera pública com a participação democrática é necessário se desfazer das privatizações e, para tanto, demanda-se um esforço coletivo e solidário. A seguir serão explanados os arranjos metodológicos para analisar as experiências participativas de ocupações em vazios urbanos com a construção de coletividades pelas dinâmicas dos comuns.

Arranjos metodológicos

A análise de conteúdo (Bardin, 2016) foi utilizada para analisar, comparar e categorizar as experiências participativas em ocupações de vazios urbanos abordadas nesta pesquisa. Ela divide a análise dos materiais em três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2016). Com isso, as experiências escolhidas com materiais disponibilizados na internet (sites, blogs, pesquisas, entre outros) foram analisadas e agrupadas em categorias temáticas, qualitativas e com elementos comuns. Para o autor, essa categorização é um processo estruturalista com duas etapas: o inventário com isolamento dos elementos e a classificação com a repartição dos elementos e organização das informações. O objetivo dessa categorização é fornecer uma representação simplificada aos dados brutos (Bardin, 2016).

Aliada à análise de conteúdo, foi utilizada a metodologia da autoetnografia para investigar as experiências, pois a autora participou delas; portanto, a partir da metodologia sociológica e qualitativa, foi possível contribuir com autorreflexões para as próprias experiências. Santos (2017) destaca nesse método a importância da narrativa pessoal dos autores/sujeitos na pesquisa com a demonstração desse interesse político.

A autoetnografia é benéfica nos contextos multiculturais, pois nela são combinadas análises culturais e interpretativas de forma detalhada para investigar a narrativa, conectando a compreensão da experiência do próprio autor e dos sujeitos no

contexto, direta ou indiretamente, com honestidade e engajamento (Chang, 2008). Neste trabalho, a autora escreveu na forma realista-descritiva e analítico-interpretativa, embora, em consonância com a metodologia, também poderia ter escrito de maneira imaginativo-criativa e confessional-emotiva (Jones *et al.*, 2013). Na pesquisa foram utilizados os registros fotográficos das experiências da autora e também os cadernos de campo com as anotações durante a participação em atividades.

Os vazios urbanos e os processos de ocupações participativas

O exercício da arquitetura e do urbanismo é sempre político e a participação é um instrumento da política atual, que deveria ser guiada pelos interesses do bem comum, com os olhares voltados para a diversidade, estratégia de projeto, comunicação, compromisso e soluções técnicas (Montaner, 2021). Contudo, no caso dos vazios urbanos, o que se observa é a transformação desses espaços não pelo trabalho profissional, mas pela autorganização, articulação e pela ação direta de ativistas.

Os movimentos sociais são resultados da síntese inovadora e transcendental de três elementos: 1) esforço público organizado de comunicação às autoridades para as reivindicações coletivas; 2) uso combinado de formas de ação pública; e 3) atos e manifestações públicas (Tilly, 2010). Os movimentos cidadãos, em especial os com crítica ecológica, são desafiantes, por trazerem um questionamento sobre a lógica capitalista dominante a partir da experiência cotidiana das pessoas (Castells, 1983), característica encontrada nas três experiências analisadas.

Na configuração de comunidade de aprendizagem (Torres, 2001), com a criação de infraestruturas próprias produzindo recursividade (Parra, 2015), as ocupações participativas em vazios urbanos têm o potencial mobilizador para transformações. Na ação coletiva, os novos objetivos e valores, de modo geral, variam de acordo com as informações, modelos e experiências de sociedade a que os indivíduos pertencem (Machado, 2015). A experiência (Thompson, 1982) rememorada por Gohn (2014) então se torna uma autoformação sociopolítica no aprendizado pela prática da vida e muda a cultura dessa forma pela própria reflexão. Dito isso, uma linguagem comum, cujo utilização permita a conversação na pluralidade, se faz necessária (Larrosa, 2016; Bollier, 2018 e hooks, 2021).

Novas formas de democratização reais devem surgir para a construção de práticas mais participativas (Rubio; Stevolo, 2020) sob a premissa de que a participação social também é um processo educativo e gera integração, comprometimento e cooperação (Pateman, 1992). A alternativa para a verdadeira educação está nessa democracia real, cujo conhecimento deve contribuir para as necessidades de saber dessa sociedade encarregada de seu futuro (Laval; Vergne, 2023). No contexto atual, com crises econômicas, ambientais e epistêmicas, uma transformação mais radical na realidade

se faz necessária, como uma metamorfose no mundo (Beck, 2018), pois as mudanças que ocorrem já não são suficientes para equilibrar as incertezas na sociedade.

O comum como princípio político

O comum são relações sociais abertas, constantes e compartilhadas que exercitam a corresponsabilidade e o pertencimento. Essa postura visa à distribuição equitativa de bens, serviços e oportunidades de forma equilibrada e com segurança (Montaner, 2021). Ostrom (1990) trouxe a perspectiva do comum como uma gestão coletiva dos recursos em contraposição às ideias de Hardin (1968), que defendia a privatização ou a gestão pública restrita dos recursos, sem a participação das pessoas envolvidas. A autora demonstra que os bens e os espaços na gestão comunitária são geridos com mais eficácia e apresentam melhorias na qualidade e resiliência ambiental em relação àqueles administrados pelo mercado ou pelo Estado, pela própria autorganização e colaboração das comunidades.

A autorganização das aldeias indígenas na América Latina e nas tribos africanas em terras comunais, movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil e ocupações de moradia nas cidades, também chamadas de *squats* em outros países, podem ser consideradas como comuns pela espontaneidade e organização autônoma, de acordo com Bookchin: “Não pode haver sociedade baseada na autogestão sem autoatividade (...)” (Bookchin, 1975, s/p). A ideia dos comuns atrai a imaginação coletiva, pois a perda dos bens comuns amplia a consciência sobre a questão e intensifica o desejo de saber mais sobre o assunto (Federici, 2022). Na ontologia constituinte do filósofo italiano Antonio Negri, o comum se exerce como direito de criar subjetividades e mundos (Mendes; Cava, 2017), que está além do Estado e do mercado, sob a perspectiva do realismo político como uma tecnologia social de compartilhamento como alternativa real (Hardt, 2016 e Negri, 2018).

Os bens comuns resultam da ação humana coletiva e dos processos históricos nos quatro ambientes principais nos quais os seres humanos aprenderam a viver e a que se adaptaram: natural, urbano, digital e corporal. Esses ambientes podem ser compreendidos como uma relação benéfica entre meio ambiente e comunidade (Lafuente, 2021). Em uma experiência de comunalidade criativa, o artista colombiano Achinte (2023) relata o sentimento de plenitude do compartilhamento, das trocas, das conversas, das cumplicidades, das paisagens, dos silêncios e também dos cansaços rotineiros.

Os comuns urbanos significam primariamente um modo e lugar específico de cultura (Volont *et al.*, 2022), e a expressão “cultura do comum” pode ser entendida como “cultura do grupo”. Faz-se necessário trazer a denotação “cultura comum democrática e ecológica”, que é plural, pois constitui-se por diversas culturas (Laval

e Vergne, 2023), relacionando-se, assim, com as principais adaptações ambientais definidas por Lafuente (2021).

O comum como princípio político é defendido por Dardot e Laval (2017) em nove proposições políticas formuladas:

1. é preciso construir uma política do comum;
2. é preciso contrapor o direito de uso à propriedade;
3. o comum é o princípio da emancipação do trabalho;
4. é preciso instituir a empresa comum;
5. a associação na economia deve preparar a sociedade do comum;
6. o comum deve fundar a democracia social;
7. os serviços públicos devem ser instituições do comum;
8. é preciso instituir os comuns mundiais; e
9. é preciso instituir uma federação dos comuns (Dardot; Laval, 2017).

Essas proposições se assemelham aos oito princípios da governança dos comuns elaborados por Ostrom, porém, a depender do próprio contexto político do grupo e local envolvido, alguns itens não são aplicáveis em todos os casos.

A noção de comunidade significa uma multiplicidade de pessoas com diferentes relações sociais na realidade pessoal e é por meio dessas relações que a educação comunitária acontece (Buber, 2012), convergindo com a noção cultural de comum (Laval; Vergne, 2023) e com a pluralidade. É essa pluralidade participativa nos comuns que se verifica nas experiências de ocupações em vazios urbanos a seguir.

Experiências de ocupações participativas em vazios urbanos

As experiências participativas de ocupações em vazios urbanos, em diferentes cidades e países, são analisadas e categorizadas de acordo com as metodologias da análise de conteúdo e da autoetnografia, apoiadas em uma revisão bibliográfica sobre cada local. A partir de pesquisas em andamento sobre os vazios urbanos como territórios de aprendizagem no Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMuSPP), a autora identificou que, de modo geral, tais experiências se caracterizam como ocupações participativas socioculturais.

Nesta pesquisa, as três experiências – Wagenburg Lohmühl, na cidade de Berlim, Alemanha; o El Caminito, na cidade de Málaga, Espanha; e o Parque Augusta, na cidade de São Paulo, Brasil –, além de “socioculturais”, também se encontram na categoria de “ocupações relacionadas ao meio ambiente”. A ocupação Wagenburg Lohmühl também se encontra na categoria de “ocupação de moradia coletiva” e a do movimento Parque Augusta, como “ocupação memorativa”. A seguir cada experiência é analisada e, ao final, uma tabela foi elaborada, com o propósito de auxiliar a sistematização das análises.

Wagenburg Lohmühle – Berlim (Alemanha)

A comunidade de Wagenburg está localizada na região de Alt-Treptow, próxima ao canal Landwehr, na fronteira do bairro de Kreuzberg, em Berlim, e foi iniciada a partir de um pequeno grupo de pessoas em 1991. Esse grupo vivia em outra comunidade de caravanas na vizinhança, perto do muro de Berlim. Na época, havia mais terrenos baldios na região e os integrantes dessa outra comunidade se mudaram para essa nova localização, na vizinhança que formou a Wagenburg atual graças à implementação do parque Silesian Bush.

O pequeno grupo de pessoas que já vivia em uma localização próxima em caravanas, a partir dessa nova ocupação, viu seu número de pessoas aumentar para vinte integrantes. Isso provocou um estranhamento inicial dos moradores na área de Karl Kunger Kiez, uma antiga vizinhança, mais restrita. Aos poucos a comunidade de caravanas foi regenerando o terreno baldio com plantios de árvores e criação de infraestruturas ecológicas, e, com isso, os vizinhos começaram a se abrir para as mudanças locais. Esse tipo de ocupação em terrenos baldios é comum nas cidades do norte da Alemanha, principalmente em Berlim, onde formam redes solidárias junto com os squats e outras associações comunitárias com políticas libertárias, que seguem a filosofia anarquista.

Na Wagenburg Lohmühle convivem jovens, crianças com as suas famílias, ativas, artistas, produtores culturais, queers, nômades e imigrantes. Essas pessoas se unem para viver com baixo custo econômico na cidade e de um modo mais coletivizado nas comunidades de caravanas, com estilo de vida alternativo baseado nas relações de apoio mútuo e com menos impactos ambientais. Na comunidade são desenvolvidos projetos artísticos e ecológicos, eventos comunitários e musicais para a arrecadação de fundos para campanhas solidárias, e também exibição de filmes, festas temáticas, oficinas gratuitas e refeições coletivas.

Em 1997, foi fundada uma associação na Wagenburg para o fortalecimento de iniciativas culturais de jovens e adultos, e que presta serviços de consultoria de forma gratuita na comunidade. Um plano de desenvolvimento local foi elaborado em 2005 com o proprietário do terreno, renovando acordos. Em uma sociedade na qual o lucro cria desigualdades extremas, a experiência de pessoas marginalizadas tentando sobreviver no seu próprio estilo de vida e filosofia só pode ser construtiva e educativa (Marsault, 2008).

A seguir uma fotografia (Figura 39.1) de um festival na Wagenburg Lohmühle, em 2011, com shows musicais, atividades para crianças, venda de arte e comida com valores acessíveis.



Figura 39.1 Wagenburg Lohmühle, na cidade de Berlim, durante um festival de final de semana (2011).

El Caminto – Málaga (Espanha)

Durante o Movimento 15M,¹ na Espanha, em 2011, foi formada, em Málaga, a comissão Ecomisión para tratar das pautas ambientais da cidade, que apresentou a formulação de algumas ideias para a melhora da qualidade de vida local. As crises econômica e ecológica e a existência de terrenos baldios no centro da cidade fizeram com que a ideia da implementação de hortas comunitárias fosse incorporada como parte da mobilização “Otra Málaga” na época. Os ativistas, ecologistas, vizinhos, viajantes, idosos e agricultores da região de Málaga envolvidos na Ecomisión do Toma La Plaza articularam com a prefeitura a ocupação de um terreno municipal, próximo ao antigo cemitério de San Miguel, no bairro de Olletas-Las Flores.

Em 2012, foi iniciado o processo de regeneração do solo do terreno com plantios e a organização do espaço com práticas agroecológicas e permaculturais. Regularmente são realizados no local mutirões de manejo, assembleias cidadãs, oficinas, feiras independentes, exibição de documentários, refeições comunitárias, palestras, trocas de sementes e saberes. Mais recentemente, foram organizadas atividades com escolas. Dessa forma, o El Caminito se constituiu como um projeto de regeneração urbana, espaço de sociabilidades e gestão cidadã, implementando o fortalecimento das redes agroecológicas na região. Ao longo dos anos, se tornou um viveiro que busca promover a biodiversidade na região e a soberania alimentar (Sumar Para Multiplicar, 2022).

1 Para mais informações ver <https://ihu.unisinos.br/categorias/609198-o-movimento-15-m-em-7-cha-ves-uma-decada-depois>

As Figuras 39.2 e 39.3 são registros da fase inicial de ocupação do terreno do El Caminito, em 2012, com uma placa na entrada sinalizando o espaço e uma intervenção provocativa com manjerição plantado em um assento sanitário reutilizado no projeto.



Figura 39.2 Placa na entrada da horta comunitária El Caminito em Málaga (2012).



Figura 39.3 Manjerição em um vaso sanitário (2012).

Parque Augusta – São Paulo (Brasil)

O movimento para a criação do Parque Augusta, terreno localizado no bairro da Consolação, região central de São Paulo, onde funcionou o Colégio Des Oiseaux até 1969, já existia por décadas pelas vias institucionais. O local era tombado pelo município pelo seu valor histórico e recebia eventos pontuais de intervenção na rua,

como um piquenique entre vizinhos. Em 2013, a partir da ameaça de especulação imobiliária do terreno com a construção de dois edifícios, foi iniciado um movimento de ação direta com a ocupação do terreno por ativistas, vizinhos, ecologistas, pessoas em situação de rua, estudantes, artistas, políticos e produtores culturais.

A ideia do coletivo de ação direta formado era a construção de espaços públicos por meio da democracia participativa, fazendo com que o parque acontecesse pela autogestão do espaço. Esse movimento de ocupação começou a organizar na área mutirões de limpeza, plantios de árvores, oficinas, assembleias e shows. Quando o coletivo de ação direta se fortaleceu com grupos de trabalho, novas estratégias de luta em prol do parque com diversas articulações e disputas de interesses foram se intensificando nas redes difusas.

O Parque Augusta foi inaugurado em 2021 e se tornou parque municipal pela pressão popular, o que gerou diferentes aprendizados devido aos processos participativos de ação direta e do poder público. A experiência é considerada um laboratório urbano de participação cidadã pela resistência à construção de duas torres na última área permeável do centro da cidade e também pela formação da Rede Novos Parques junto a outros movimentos.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentados pelo movimento do Parque Augusta, por diferenças, fragmentação e disputas dos variados grupos, houve duas vitórias pela conquista do parque: tornar um terreno privado em um parque público e impedir a especulação imobiliária que visava à construção de dois edifícios (Oliveira, 2019).

No parque municipal acontecem piqueniques, aulas de yoga e tai chi chuan, horta comunitária, shows, teatro, práticas de slackline, oficinas, cursos, visitas turísticas, vivências escolares de educação ambiental e aulas universitárias, fazendo com que a cultura de participação, diálogo e autogestão formada durante a ocupação permaneça no local. Para as pessoas que participaram dos processos de luta pela implementação do parque municipal em contraposição ao projeto da construção das torres, foi um grande aprendizado, principalmente pela vivência coletiva de um projeto comum. A seguir, na Figura 39.4, uma reunião de mobilização no bosque durante o evento Mutirão Pachamama, em 2013.



Figura 39.4 Reunião de mobilização no Mutirão Pachamama no Parque Augusta (2013).

A seguir, a Tabela 39.1, elaborada com as três experiências de ocupações participativas em vazios urbanos:

Tabela 39.1 Experiências de ocupações participativas em vazios urbanos (2023).

EXPERIÊNCIAS DE OCUPAÇÕES PARTICIPATIVAS EM VAZIOS URBANOS			
ANÁLISE	Wagenburg Lohmühle (Berlim)	El Caminito (Málaga)	Parque Augusta (São Paulo)
Categorização sociocultural	Moradia coletiva e meio ambiente	Meio ambiente	Memorativa e meio ambiente
Surgimento e contexto	Em 1991, com uma comunidade em caravanas.	Em 2012, a partir do Movimento 15M e <i>Otra Málaga</i> .	Em 2013, a partir da ameaça de especulação imobiliária.
Participantes e identidades	Artistas, ecologistas, famílias e viajantes.	Ativistas, vizinhos e aposentados.	Ativistas, vizinhos e artistas.
Motivações e mobilização	Vida alternativa com baixo custo.	Crise econômica e ecológica.	Resistência à construção de duas torres.
Experiências iniciais	Plantios e infraestruturas.	Regeneração do solo e assembleias.	Mutirões de limpeza e plantio.
Atividades desenvolvidas	Projetos artísticos e solidários.	Mutirões de manejo e oficinas.	Piqueniques, aulas livres e shows.
Resultados e aprendizados	Criação de uma associação e plano de desenvolvimento local.	Regeneração urbana e espaço de sociabilidades.	Parque municipal e laboratório urbano de participação cidadã.

Discussão

A emergência dos comuns não surge apenas como uma escolha consciente, mas pela necessidade de invenção (Stavrides, 2021): invenção de autorganização e resistência em comunidades de multiplicidades nessa sociedade capitalista, excludente e que reduz os espaços públicos e de participação para atender os interesses privados. Esses

comuns têm como desafio principal a escala (Montaner, 2021), a exemplo das experiências de coletividades construídas em moradias coletivas nas caravanas, na horta comunitária e no parque, para escalas sociais mais complexas e maiores, como o bairro e o município (Montaner, 2021).

O comum como uma dinâmica coletiva observada nas três experiências pode contribuir para uma maior qualidade da vida cotidiana pela formação de redes integrativas e solidárias nos espaços de sociabilidades construídos em sinergia pelas filosofias de vida, como no caso da Wagenburg Lohmühle e do El Caminito. Porém, dependendo do contexto, podem ocorrer disputas de interesses com redes difusas, como no caso do Parque Augusta, geradas pela própria diversidade e desigualdades sociais existentes. O que prevalece para o bom andamento do projeto coletivo são os objetivos em comum (Achinte, 2023), com relações de interdependência e diferentes estratégias de construção *bottom-up* (debaixo para acima), ou seja, com a autorganização e o atendimento das demandas da população para a gestão pública. Para Arnstein (1969), as burocracias agem contra as possibilidades de participação (Lima *et al.*, 2017) e, desse modo, fazem com que desigualdades se perpetuem.

O abismo da exclusão reverbera ainda no presente como sequela da herança colonial, escravista e patrimonialista (Staschower, 2022), mas é no público que a equidade faz possível aprender de forma coletiva (Toro, 2005), incentivando a cooperação em busca da sustentabilidade (Sennett, 2012) e autonomia (Garcés, 2023).

A ecologia cívica (Krasny; Tidball, 2015), conceito formulado para abordar os processos de regeneração de espaços degradados pela ação coletiva da comunidade, possui dez princípios que podem ser associados aos processos de ocupação participativa em vazios urbanos nas categorias sociocultural e de meio ambiente:

1. as práticas ocorrem em locais degradados;
2. pessoas que têm amor pela vida e pelos locais degradados se tornam suas guardiãs;
3. as práticas promovem recreação para a comunidade que convive no local;
4. as pessoas guardiãs recriam os locais degradados por meio de memórias socioecológicas;
5. as práticas produzem serviços ecossistêmicos;
6. as práticas promovem bem-estar e bem-viver;
7. as práticas proporcionam oportunidades para aprendizagem;
8. as práticas se iniciam de forma localizada e se expandem para englobar múltiplos parceiros;
9. as práticas tornam o sistema socioecológico resiliente; e
10. elaboradores de políticas públicas permitem o desenvolvimento e progressão das práticas de ecologia cívica (Krasny; Tidball, 2015).

Nesse sentido, os movimentos ativistas de autoconstrução das cidades são chamados de coletivos de arquitetura de guerrilha (Jiménez *et al.* 2018) e se transformaram em um método para lutar pela libertação política e epistêmica dessas coletividades, formando laboratórios urbanos. É importante essa territorialização dos núcleos participativos para reinventar as políticas públicas (Gohn, 2022).

Os autores que discutem o comum e as experiências analisadas se aproximam das ideias de comunidade, aprendendo na multiplicidade a viver junto, experiências estas denominadas por Buber (2012) comunidade educativa, cujas práticas coletivas e comunitárias se dão por meio de conhecimentos múltiplos, consideradas práticas movidas por suas próprias filosofias de vida e com projetos culturais próprios em comunidades de aprendizagem (Torres, 2001 e Parra, 2015).

Considerações finais

Com base na discussão teórica e na análise das experiências apresentadas em espaços de vazios urbanos com processo de ocupação participativa, essas experiências podem ser consideradas educativas pela participação em processos políticos territorializados e formação política na própria prática (Pateman, 1992) nas comunidades de aprendizagem (Torres, 2001 e Parra, 2015), pelo trabalho experiencial.

Nas três experiências comparadas, a construção de coletividades pelas ocupações socioculturais, com projetos socioambientais, se diferenciam pelo fato de Wagenburg Lohmühl se caracterizar como moradia coletiva e o Parque Augusta apresentar uma importância histórica e, mais recentemente, arqueológica, e por isso categorizada também como memorativa.

Verifica-se a partir das discussões neste trabalho que o comum urbano é estabelecido por construções políticas, formando comunidades de multiplicidade e pluralidade (Buber, 2012, Laval; Vergne, 2023). O desafio está na construção desses comuns em escalas maiores e mais complexas nos bairros e nas cidades (Montaner, 2021), que possuem heterogeneidades intensificadas e carências na qualidade de vida.

A metodologia da autoetnografia contribuiu na elaboração de reflexões sobre as comunidades de aprendizagem das quais a autora participou em ocupações de vazios urbanos, cujos processos participativos e coletivos se davam em diferentes contextos.

O comum se torna político pela abertura nas relações e no compartilhamento como alternativa real ao mercado e ao Estado, assim como também pela ação direta e articulações com o poder público. A regeneração socioambiental urbana produzida por esses coletivos analisados nas relações socioespaciais em vazios urbanos pode ser associada ao conceito da ecologia cívica (Krasny; Tidball, 2015), com a restauração do ambiente urbano pelas interações sociais e intervenções urbanas pelos comuns.

REFERÊNCIAS

- ACHINTE, A. A. A comunalidade criativa. In: BARBOSA, A. M.; FONSECA, A. N. *Criatividade coletiva: arte e educação no século XXI*. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- ALVES, L. S.; BUENO, A. P. Vazios urbanos públicos – abandono e rupturas na cidade de Erechim/RS. *Revista Pixo – Arquiteturas do Abandono*, v. 7, n. 24, 2023.
- ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. *JAIP*, v. 35, n. 4, p. 2016-224, jul. 1969.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BECK, U. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. São Paulo: Zahar, 2018.
- BEVERIDGE, R. *et al.* From wastelands to waiting lands. Retrieving possibility from the voids of Berlin. *City – Analysis of Urban Change, Theory, Action*, v. 26, n. 2-3, 2022.
- BOLLIER, D.; HELFRICH, S. *Free, fair, and alive: the insurgent power of the commons*. Ilha Gabriola: New Society Publishers, 2019.
- BOOKCHIN, M. Sobre espontaneidade e organização. *Panfleto Solidarity*, n. 49, 1975. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/bookchin-solidarity-49>. Acesso em: 13 set. 2023.
- BUBER, M. *Sobre comunidade*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHANG, H. *Autoethnography as method*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008.
- CLICHEVSKI, N. *Vazios urbanos nas cidades latino-americanas*. Coleção Orçamento Participativo de Porto Alegre. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <https://www.ufrgs.br/nph/obra.php?id=3924> Acesso em 30/06/2024.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DONADON, E. T. *Terrain Vagues: um estudo das áreas urbanas obsoletas, baldias ou deditas em Campinas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP, 2009.
- FEDERICI, S. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- GARCÉS, M. *Escola de aprendizes*. Belo Horizonte: Âyiné, 2023.
- GOHN, M. G. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam?* Petrópolis: Vozes, 2022.
- GOHN, M. G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. *Invest. Educ.*, v. 1, n. 2, 2014.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

- HARDT, M.; NEGRI, A. *Assembly: a organização multitudinária do comum*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.
- HOOKS, b. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.
- JIMÉNEZ, A. C. Autoconstrução Redux: a cidade como método. *Plural*, v. 25, n. 2, p. 193-219, 2018. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2018.153627. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/153627>. Acesso em: 31 mai. 2024.
- JONES, S. H. *et al. Handbook of autoethnography*. Coleção Queer. Walnut Creek: Left Coast Press, 2013.
- KRASNY, M. E; TIDBALL, K. G. *Civic ecology: adaptation and transformation from the ground up*. Cambridge: MIT Press, 2015.
- LAFUENTE, A. Eis quatro ambientes onde fervilha o comum. *Outras palavras*. Descolonizações. 1 jul. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/eis-quatro-ambientes-onde-fervilha-o-comum/>. Acesso em: 8 set. 2023.
- LARROSA, J. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- LAVAL, C.; VERGNE, F. *Educação democrática: a revolução escolar iminente*. Petrópolis: Vozes, 2023.
- LIMA, F. M. A.; FRACALANZA, A. P.; PERES, U. D. Teorias deliberativas na literatura internacional e olhares sobre a participação. In: PEREIRA, D. (org.). *Estudos e ações transdisciplinares: em mudança social e participação política*. São Paulo: Annablume, 2017.
- MACHADO, J. Das redes às ruas: os movimentos sociais e a mobilização das identidades. In: ZANIRATO, S. H. (org.) *Participação política: atores e demandas*. São Paulo: Annablume Editora, 2015.
- MENDES, A. F.; CAVA, B. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- MONTANER, J. M. *Política e arquitetura: por um urbanismo do comum e ecofeminista*. São Paulo: Olhares, 2021.
- MARSAULT, R. *Wagenburg in Berlin*. Berlim: Kreuzdorf, 2008.
- OLIVEIRA, M. L. S. *Parque Augusta na luta pelo comum urbano: uma etnografia de redes e ruas*. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PARRA, H. *Ciência comum e laboratórios cidadãos* – com Antonio Lafuente. Pimentalab. 16 jul. 2015. Disponível em: <https://www.pimentalab.net/ciencia-comum-e-laboratorios-cidadaos-com-antonio-lafuente/>. Acesso em: 9 set. 2023.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

- PMSP - Prefeitura do Município de São Paulo. *Parque Augusta – Prefeito Bruno Covas*. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_centrooeste/index.php?p=317881. Acesso em: 10 de set 2023.
- RUBIO, F.; STEVOLO, P. Nada dar ao tirano: ou constituir novas formas de vida com ajuda mútua. *Rev. Est. Lib.*, v. 2, n. 4, p. 100-112, 2020.
- SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, v. 24, n. 1, p. 214-241, 2017.
- SENNETT, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SOLÀ-MORALES, I. *Presente y futuros*. La arquitetura en las ciudades. Barcelona: [s.n.], 1996. p. 10-23.
- STASCHOWER, E. G. Segregação e injustiça espacial na formação de cidades. *Cadernos ProMuSPP*, v. 2 n. 3, jul.-set. 2022.
- STAVRIDES, S. Commoning as collective reflex: emerging creative practices, reinhabiting public spaces, resisting carceral societies. *Radical Housing Journal*, v. 3, n. 1, p. 301-306, 2021.
- SUMAR para multiplicar. *10 Años haciendo caminito*. 4 mai. 2022. Disponível em: <https://www.sumarparamultiplicar.es/10-anos-haciendo-caminito/>. Acesso em: 10 set. 2023.
- THOMPSON, E. P. *Tradicion, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- TILLY, C. *Los movimientos sociales, 1768-2008*. Barcelona: Crítica, 2010.
- TORO, J. B. *A construção do público: cidadania, democracia e participação*. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.
- TORRES, R. M. *Comunidade de aprendizagem: a educação em função do desenvolvimento local e da aprendizagem*. Buenos Aires: Instituto Frónesis, 2001.
- VOLONT, L. ; LIJSTER, T. ; GIELEN, P. *The rise of the common city*. Bruxelas: Academic and Scientific Publishers, 2022.

